**Anexo I**

**Formulário de Solicitação de Isenção de Juros e Multas de Mensalidade, por meio do endereço eletrônico:** comissao@direitofranca.br

**Nome aluno**: **Matrícula:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Curso:** ( ) Graduação – ( ) Pós-graduação, **Ano:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,vem, pelo presente, requerer a prorrogação da mensalidade vencida no prazo máximo de noventa dias, com isenção de juros e multas, referentes ao **mês de** ( ) maio – ( ) junho – ( ) julho, pelos motivos de que foi atingido pelos problemas da pandemia COVID-19, a seguir expostos:

**Responsável financeiro afetado (se for o caso)**:

**RG:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **CPF:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **CNPJ:**

**Ramo de atividade:**

**Justificativa da solicitação:**

.

Declaro para todos os fins de direito, que os dados informados e os documentos encaminhados (em papel ou por meio eletrônico) correspondem à verdade, tendo ciência que poderei responder administrativamente, civil e criminalmente por declarações que não correspondam à verdade e por documentos falsos ou adulterados encaminhados, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura igual a do documento de identidade enviado.

**Anexo II**

(para protocolar no endereço eletrônico: comissao@direitofranca.br)

**DECLARAÇÃO DO ALUNO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de graduação ou pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito de Franca sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Registro Geral nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedida dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na rua/Avenida\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no município\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **declaro** sob as penas da lei, especialmente para efeitos do artigo 299 do Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/40), para fins de concessão de isenção de juros e multas nas mensalidades dos meses de maio, junho e julho de 2020, que não tenho recurso para arcar com os juros e multas sobre a mensalidade no mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ sem prejudicar o meu próprio sustento e de minha família, pois fui (omos) atingido (s) pelos problemas da pandemia COVID-19.

Para maior clareza, venho pela presente demonstrar minha condição financeira atual, momento em que faço juntada de documentação pertinente e declaro verdadeiras as informações e os dados documentais fornecidos por mim, bem como, o fornecido pelo responsável financeiro pelos pagamentos (Nome do responsável \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), para requerer que me seja concedido o benefício de isenção de juros e multas no mês supracitado, para pagamento conforme previsto autorização contida no art. 2º, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 334, de 6 de maio de 2020, bem como seu regulamento por meio da Resolução nº 01, de 21 de maio de 2020, aprovada pela Congregação e expedida pelo Diretor.

Declaro, também, que conferi e que são verdadeiros as informações e os documentos fornecidos pelo meu Responsável Financeiro (obs.: esta declaração pode ser suprimida se não houver responsável financeiro), sob as penas da lei que estou ciente de que a omissão ou falsidade das informações pertinentes para à concessão da isenção de juros e multas, resultará em exclusão do benefício e, caso notificado não efetue o pagamento, autorizo expressamente o lançamento do valor em certidão de dívida ativa para respectiva cobrança e execução na forma da Lei Federal nº 6.830/80.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Franca/SP, \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Aluno(a)

**Anexo III**

(para protocolar no endereço eletrônico: comissao@direitofranca.br)

**DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL FINANCEIRO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, responsável financeiro pelo aluno(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ regularmente matriculado(a) no curso de graduação ou pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito de Franca sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no Registro Geral nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedida dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, residente e domiciliado na rua/Avenida\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no município\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **declaro** sob as penas da lei, especialmente para efeitos do artigo 299 do Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/40), para fins de concessão de isenção de juros e multas nas mensalidades dos meses de maio, junho e julho de 2020, que não condições financeiras para arcar com os juros e multas sobre a mensalidade no mês do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pois fui (omos) atingido (s) pelos problemas da pandemia COVID-19, assim, os juros e multas prejudicaram o meu próprio sustento e de minha família.

Para maior clareza, venho pela presente demonstrar minha condição financeira atual, momento em que faço juntada de documentação pertinente e declaro verdadeiras as informações e os dados documentais fornecidos por mim, para requerer que me seja concedido o benefício de isenção de juros e multas no mês supracitado, para pagamento conforme previsto autorização contida no art. 2º, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 334, de 6 de maio de 2020, bem como seu regulamento por meio da Resolução nº 01, de 21 de maio de 2020, aprovada pela Congregação e expedida pelo Diretor.

Declaro que conferi que são verdadeiras as declarações fornecidas pelo aluno(a), declaro, ainda, sob as penas da lei, que estou ciente de que a omissão ou falsidade das informações pertinentes para à concessão da isenção de juros e multas, resultará em exclusão do benefício e, caso notificado o aluno não efetue o pagamento, autorizo expressamente o lançamento do valor em certidão de dívida ativa para respectiva cobrança e execução na forma da Lei Federal nº 6.830/80.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Franca/SP, \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Declarante